
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DO SETOR COUREIRO-CALÇADISTA DO VALE DO SINOS (RS)

LA PRECARIEDAD LABORAL Y LA EDUCACIÓN EN LA CADENA DE PRODUCCIÓN DE LA INDUSTRIA DEL CUERO Y CALZADO DEL VALE DO SINOS (RS)

THE PRECARIOUSNESS OF WORK AND EDUCATION IN THE PRODUCTION CHAIN OF LEATHER-FOOTWEAR INDUSTRY OF VALE DO SINOS (RS)

Claudia Schemes¹

Cristina Ennes da Silva²

Acácia Zeneida Kuenzer³

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a articulação entre os processos de precarização do trabalho e da educação na cadeia produtiva do setor coureiro-calçadista do Vale do Sinos, Rio Grande do Sul. Esta investigação se justifica pelo pequeno número de pesquisas que têm sido realizadas na área e, com o intuito de superar estes limites, buscamos integrar diferentes abordagens metodológicas através de procedimentos investigativos interdisciplinares. Para tanto, a pesquisa focalizou a história de empresas que participaram da construção histórica do *cluster* coureiro-calçadista, uma vez que ela permite apreender, no estudo da história local, as relações entre trabalho, identidade e subjetividade.

Palavras-chave: trabalho; educação; setor coureiro-calçadista; Vale do Sinos.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la relación entre los procesos de la precariedad laboral y la educación en la cadena productiva del sector del cuero y calzado del Vale do Sinos, en Rio Grande do Sul. Esta investigación se justifica por el pequeño número de estudios que se han llevado a cabo en zona, con el fin de superar estas limitaciones, buscamos integrar diferentes enfoques metodológicos a través de los procedimientos de investigación interdisciplinarios. Por lo tanto, la investigación se centró en la historia de las empresas que participaron en la construcción histórica del cluster cuero y calzado, ya que le permite a uno entender, en el estudio de la historia local, la relación entre el trabajo, la identidad y la subjetividad.

Palabras clave: trabajo; educación; industria del cuero y calzado; Vale do Sinos.

Abstract: This article aims to analyze the articulation between employment precariousness and education processes in the production chain of leather-footwear industry in Vale do Sinos, Rio Grande do Sul. This research is justified by the small number of studies that have been conducted in the area, in order to overcome these limits, we sought to integrate different methodological approaches through interdisciplinary investigative procedures. For this, the research focused on history of the companies that participated in the historical construction of the leather-footwear cluster, that allow the apprehension of the relations among work, identity and subjectivity, in the study of the local history.

Key words: work; education; leather-footwear industry; Vale do Sinos.

Introdução: o objeto e os pressupostos do estudo

Este artigo é resultado de um conjunto de investigações de caráter interdisciplinar que têm sido realizadas no Vale do Rio dos Sinos com a finalidade de compreender como se articulam os processos de precarização do trabalho e de precarização da educação em uma cadeia produtiva, no âmbito da acumulação flexível, para assim compreender os processos pedagógicos que são postos em curso para formar subjetividades que respondam às demandas deste regime de acumulação.

A tese que tem orientado estes estudos pode ser assim resumida: no regime de acumulação flexível, ao contrário do que afirma o discurso pedagógico, as diferenças sociais e econômicas se aprofundam a partir da relação que se estabelece entre o mercado que exclui a força de trabalho formal para incluí-la de novo através de diferentes formas de uso precário ao longo das cadeias produtivas, e um sistema de educação e formação profissional que inclui para excluir ao longo do processo, seja pela expulsão ou pela precarização dos processos pedagógicos que conduzem a uma certificação desqualificada. Do ponto de vista do mercado, o processo de exclusão includente se dá mediante a promoção de diferenciais de competitividade para os setores reestruturados através da combinação entre integração produtiva, investimento em tecnologia intensiva de capital e de gestão e consumo precarizados da força de trabalho. Do lado do sistema educacional e de educação profissional, a inclusão excludente se dá pela diferenciação de ofertas desiguais que promovem também diferentes e desiguais formas de inclusão subordinada, assim referendando a exclusão.

Esta tese fundamenta-se na concepção de que, no modo de produção capitalista, todas as formas de inclusão são sempre subordinadas, concedidas, porque atendem às demandas do processo de acumulação. Ou, como afirma Oliveira, “o círculo entre exclusão e inclusão subordinada é condição de possibilidade dos processos e produção e reprodução do capital, sendo constitutivo lógico necessário das sociedades capitalistas modernas” (OLIVEIRA, 2004, p. 23). Ou seja, são faces inseparáveis da mesma moeda.

A pesquisa na cadeia coureiro-calçadista respondeu à necessidade de realizar procedimentos empíricos que permitissem verificar se esta formulação expressa a realidade da articulação entre educação e trabalho no regime de acumulação flexível, o qual se constitui por incorporação dialética e não por superação mecânica dos processos tayloristas/fordistas. Esta proposta de investigação se justifica, também, pelo caráter parcial e insuficientemente explicativo das pesquisas que têm sido realizadas na área, as quais tomam recortes das cadeias produtivas, principalmente através de estudos de caso. Com o intuito de superar estes limites, tem-se buscado integrar diferentes abordagens metodológicas através de procedimentos investigativos interdisciplinares.

Como o objeto da pesquisa são as dimensões pedagógicas das relações sociais tendo em vista formar subjetividades que respondam às formas de organização e gestão do trabalho no modo de produção capitalista, buscou-se compreender a dinâmica formativa nos processos que buscam a construção das empresas do setor escolhido para a pesquisa. Tais organizações, em sua maioria constituídas ainda pelas famílias que as fundaram, têm uma importância central na construção das

subjetividades e da identidade regional em torno da categoria trabalho. Neste sentido, poderão ser evidenciadas as transformações nas relações dos sujeitos históricos com o trabalho pelas quais o setor coureiro-calçadista atravessou e como essas transformações foram sentidas, reinterpretadas e ressignificadas para compor uma identidade regional que responda às demandas do modo de produção sob a hegemonia do setor coureiro-calçadista.

O eixo teórico a partir do qual se organiza a análise dos dados é a categoria arranjos flexíveis de competências diferenciadas, tal como sistematizada por Kuenzer, a partir de pesquisa nesta mesma cadeia produtiva (KUENZER, 2007).

Segundo a autora, os arranjos flexíveis são combinações que ora incluem, ora excluem trabalhadores com diferentes qualificações de modo a constituir corpos coletivos dinâmicos de trabalho, através de uma rede que integra diferentes formas de subcontratação e trabalho temporário que, ao combinar diferentes estratégias de extração de mais-valia, asseguram a realização da lógica da mercantilização. Os arranjos flexíveis, em substituição à polarização de competências típica da organização taylorista/fordista, não podem ser compreendidos como mera oposição, rígida e formal, entre os que têm formação científico-tecnológica avançada e por isso se incluem e a grande massa de trabalhadores precariamente escolarizados, cuja força de trabalho é consumida predatoriamente em trabalhos desqualificados, ou é excluída.

Como a produção é puxada pela demanda, é ela que define a constituição do corpo coletivo de trabalho que contará com empregados permanentes e temporários, subcontratados segundo as modalidades que mais convenham ao imperativo da competitividade que vai determinar a melhor relação possível entre qualidade e quantidade da força de trabalho a ser empregada, determinando, inclusive, a forma mais adequada de contratação. Assim, todos os trabalhadores, independentemente de sua qualificação, podem estar ora incluídos, ora dispensados em função da demanda. Em consequência, combinam-se de forma diferenciada ao longo do tempo trabalhadores de caráter mais permanente com outros temporários, cuja inclusão ou exclusão depende da quantidade e da qualidade dos produtos ou serviços demandados.

A diferença em relação às formas tayloristas/fordistas de organização e gestão do trabalho é que os arranjos são definidos pelo consumo da força de trabalho necessário e não a partir da qualificação. O foco não é a qualificação em si, como nos regimes de acumulação anteriores, mas como ela se situa em dada cadeia produtiva, com o que ela se relativiza. *A priori* não há como afirmar que certo trabalhador é ou não qualificado, uma vez que isto se define a partir de sua inclusão na cadeia, ou seja, a dimensão de relação social da qualificação se superlativiza na acumulação flexível que avança na centralização do trabalho abstrato (KUENZER, 2007).

Assim é que trabalhadores qualificados que estão incluídos em um determinado arranjo poderão não estar em outros, ou os que são qualificados para certos elos da cadeia não o serão necessariamente para outros; estar incluído a partir de uma dada qualificação não assegura que não esteja excluído em outros momentos, e vice-versa, dependendo das necessidades do sistema produtivo. O que determina a inclusão na cadeia, portanto, não é a presença ou a ausência de qualificação, mas as demandas do processo

produtivo que combinam diferentes necessidades de ocupação da força de trabalho a partir da tarefa necessária à realização da mercadoria.

Dáí o caráter “flexível” da força de trabalho; importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto às competências para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez.

A questão que se coloca para a investigação em curso, portanto, é compreender os processos formativos tal como se desenvolvem no bojo das relações sociais e produtivas que originaram no passado as subjetividades rígidas, típicas do taylorismo/fordismo, especificamente das costureiras domiciliares e que as mantêm orgânicas aos arranjos flexíveis que caracterizam as novas formas de organização e gestão da cadeia coureiro-calçadista.

A busca de respostas para esta questão remete à compreensão do modo como estas subjetividades se constituíram ao longo da história, a partir das bases materiais que lhes deram origem e continuam se constituindo mediante dinâmicas educativas que as mantêm. Ou seja, buscar compreender como se relacionaram em cada tempo as dimensões infra e superestruturais de modo a formar subjetividades disciplinadas para atender às necessidades da acumulação do capital e, se possível, identificar formas de resistência que se encaminhem na direção da construção de outro projeto que responda às necessidades dos que vivem do trabalho.

O cenário histórico

A origem da industrialização das regiões de colonização alemã, ou a passagem do trabalho artesanal para industrial, é uma questão bastante discutida pelos historiadores.

Um dos primeiros autores que estudou essa questão foi Limeira Tejo (1939), que defendia a tese de que foi o artesanato que originou as indústrias do ramo calçadista. Segundo esse autor, o gaúcho foi obrigado a prover o mercado local de produtos que não eram possíveis de serem consumidos em função do quase isolamento que existia entre o sul e o centro do País. Esse isolamento forçou a produção daquilo que o mercado necessitava e que não estava sendo devidamente suprido, ou seja, foi a demanda local a impulsionadora da produção artesanal que se transformou em industrial. Teria havido, portanto, um desenvolvimento harmônico das forças produtivas locais (TEJO, 1939).

Nos anos 1960, Jean Roche (1969) faz uma análise mais minuciosa dessa questão. Segundo o autor, a maior parte das indústrias do couro não foi criada por artesãos rurais, mas por cidadãos que muitas vezes desconheciam o trabalho artesanal. Roche (1969) acreditava que não houve uma passagem direta do artesanato para a indústria, afirmando que o artesanato estava inscrito numa curva parabólica, seguido da indústria que traçava uma linha ascendente.

Segundo Roche (1969), não podemos considerar o artesanato o gerador da indústria. Ao contrário, as tarifas alfandegárias, as oscilações do câmbio, o crescimento do mercado consumidor e do

transporte marítimo foram muito mais decisivos para o desenvolvimento industrial do que a existência do artesanato colonial.

No final dos anos 1960, Paul Singer (1968) discorda da teoria de Tejo, ao afirmar que não houve um desenvolvimento harmônico, mas contraditório. Para ele, o artesanato já não existia quando surgiu a indústria, pois o artesão não tinha condições de concorrer com produtos estrangeiros importados, ou seja, o artesanato, muito antes de ser a origem da indústria, era um obstáculo que deveria ser transposto. A indústria, portanto, já encontrou um mercado instituído.

Já nos anos 1980, Eugenio Lagemann (1980) realizou um importante apanhado das diferentes concepções acerca da origem industrial do Estado. Com relação ao surgimento da indústria, o mesmo autor afirma que a ideia de que ela tenha surgido do desenvolvimento do artesanato não pode ser considerada regra geral, pois a maioria das indústrias teve sua origem mais ligada ao comércio, que era a atividade econômica que apresentava melhores condições de acumulação de capitais e, conseqüentemente, de aplicação desse capital em outros setores econômicos, como a indústria. O comércio dava-se em três níveis: as vendas coloniais, que tinham um contato direto com o colono; o comércio intermediário em colônias maiores e o grande comércio de Porto Alegre; e o capital acumulado nessa atividade foi aplicado em diversos ramos industriais que necessitavam de maior investimento com maior possibilidade de retorno que uma pequena propriedade agrícola poderia oferecer, como nas indústrias têxteis, nas de alimentos, nas de tabaco, e nas cervejarias (LAGEMANN, 1980).

Não obstante as controvérsias, há registros que mostram que muitas das indústrias do setor coureiro-calçadista do Vale dos Sinos, como a empresa foco desse artigo, tiveram origem no artesanato, embora não se tenha um levantamento de dados que possa assegurar o número de empresas que surgiram desta forma no Vale do Sinos.

Ainda nos anos 1980, Carneiro (1986) fez uma minuciosa análise da industrialização no Estado, apontando as condições propícias para o seu desenvolvimento, como a existência de um mercado consumidor (mais desenvolvido na zona colonial), de uma ferrovia ligando a região à capital e a certo isolamento econômico do Rio Grande do Sul em relação ao resto do País. Entretanto, a disponibilidade de capitais necessários para serem investidos na indústria e as inovações técnicas necessárias para uma produção em maior escala, também foram fatores fundamentais para esse processo.

A autora acredita que os capitais investidos nas fábricas tiveram origem na agricultura e nas atividades comerciais ligadas a ela, e que o trabalho do artesão foi substituído muito lentamente pelo do operário especializado, inclusive havendo uma coexistência entre o artesanato e a indústria moderna durante muito tempo.

Carneiro (1986) afirma que havia uma coexistência nas formas de produção, mas que os produtos não disputavam as mesmas fatias de mercado, pois a alta burguesia comprava calçados importados; os que estavam um pouco abaixo desse grupo compravam os calçados feitos sob encomenda; a classes média, os produtos desenvolvidos pelas fábricas e os agricultores e operários, os calçados produzidos pelos artesãos.

Entretanto, é difícil comprovar que o capital necessário para a industrialização tenha vindo do artesanato, embora, nesse aspecto, a indústria do calçado fosse privilegiada, pois precisava de pouco investimento e nem todos os artesãos tinham condições de acumular o capital necessário para tal investimento. Muitas fábricas, inclusive, tiveram seu capital inicial surgido do comércio.

Outro autor que, mais recentemente, faz uma análise interessante é Schneider (2004), que trata da pluriatividade praticada pelos colonos no Rio Grande do Sul e de suas relações com a indústria calçadista. Embora o autor trate mais especificamente das décadas de 1970 e 1980, ele faz uma abordagem histórica das transformações sociais, econômicas e culturais do Vale do Rio dos Sinos e de seu desenvolvimento local desde a chegada dos imigrantes.

Schneider (2004) afirma que as teses da origem da indústria de calçados e das atividades a ela ligadas, como o curtimento do couro, constituem um tema controverso e desenvolve o conceito de “industrialização difusa” para explicá-la. Segundo ele, este conceito, pouco conhecido no Brasil, vem sendo utilizado na Europa para tentar explicar o processo de industrialização de algumas regiões da Itália, Portugal e Espanha.

O autor afirma que as teses que procuram explicar o início da industrialização no Vale do Sinos, embora tenham trazido contribuições importantes, deixam muitas lacunas. A primeira delas diz respeito à debilidade da acumulação de capital e o problema da elasticidade da estrutura agrária gaúcha.

Ele critica, também, a tese do crescimento orgânico do artesanato até a fábrica, pois assevera que carece de sustentação empírica e “faz uma apologia da ideologia do *self-made-man*, do colono que se tornou empresário, forjando um processo de industrialização em seu rastro” (SCHNEIDER, 2004, p. 51).

A segunda lacuna que ele mostra existir é especificamente aquela relacionada ao processo de industrialização do setor coureiro-calçadista, pois diz que é apenas por meio das análises de casos que podemos compreender como aconteceu esse processo. As generalizações com base no estudo de outros ramos da indústria não contribuem para essa análise.

Schneider (2004) afirma que a atividade artesanal sempre foi praticada pelos colonos como complemento das atividades agrícolas, pois a agricultura e o artesanato faziam parte de um mesmo modo de viver e a diversificação desse artesanato sempre esteve acompanhada pela expansão do comércio. Desse modo, o autor mostra a estreita ligação existente entre os diversos setores econômicos: artesanato, comércio e indústria, assumindo esse conceito de industrialização difusa, ou seja, não generalizando explicações, mas tentando entender as especificidades do setor coureiro-calçadista e do Vale do Sinos.

Ressalte-se que a região do Vale do Rio dos Sinos, já no final do século XIX, apresentava vários fatores favoráveis ao desenvolvimento da indústria calçadista, como um mercado consumidor com poder aquisitivo para adquirir esse produto, mão-de-obra especializada e capital acumulado do artesanato, do comércio e da agricultura, atividade que não deixava de ser praticada.

A construção histórica de subjetividades flexíveis

Essas breves considerações de cunho historiográfico a respeito da indústria no Vale do Sinos mostram-nos que, para além das controvérsias sobre os fatores que estão na gênese da industrialização no Rio Grande do Sul, há fortes indicadores que evidenciam que na indústria calçadista, dadas as suas características de trabalho simplificado como a utilização intensiva de mão de obra com baixa densidade de qualificação tecnológica e diferenciais de competitividade predominantemente dependentes da compressão de custos da força de trabalho, já configuravam, embora de modo embrionário, formas de integração entre o artesanato e a indústria para atender a diferentes necessidades de classe, mediante diferentes estratégias de contratação e subcontratação que, desenvolvidas, passam a constituir, a partir dos anos 1980, a natureza do regime de acumulação flexível.

Ou seja, a industrialização do calçado não se opôs ao artesanato, mas o incorporou, integrando diferentes formas de relação de trabalho, tais como a produção por peça ou a costura domiciliar como estratégias de compressão de custos desde a sua gênese até os processos contemporâneos, no âmbito da acumulação flexível. A pesquisa permite afirmar, portanto, que as relações flexíveis, neste setor, não são fruto do atual regime de acumulação, mas são inerentes ao trabalho nessa cadeia produtiva.

Para isso contribuíram fortemente as dimensões pedagógicas das relações sociais derivadas de uma identidade regional constituída a partir do caráter hegemônico da indústria calçadista, do que decorre quase que “naturalmente” a qualificação social para o trabalho no setor. As crianças e jovens, tal como ocorria no artesanato, vão aprendendo com as famílias as habilidades típicas do ofício, progressivamente, de modo a configurar o que se poderia chamar de cultura do trabalho calçadista. Assim é que a integração entre artesanato e indústria continua se constituindo como estratégia de sobrevivência para as famílias trabalhadoras, e de acumulação para os capitalistas, pois em algum momento da sua trajetória laboral os membros das famílias incorporadas ao setor calçadista desempenharam ou vão desempenhar alguma atividade nesta área, independentemente de suas ocupações principais serem outras, ou em momentos de desemprego ou afastamento do trabalho por problemas de saúde. Observou-se, na pesquisa, que, independentemente do período estudado, para a ampliação da renda familiar, é comum a incorporação dos membros da família, de todas as idades, ao trabalho da costura e dos “enfiadinhos”, atividades manuais como trançados, bordados, montagem de fivelas e adereços, e assim por diante, simplificadas e repetitivas, que requerem paciência e resistência a estresse por rotina mais do que qualificação profissional.

A pesquisa mostrou, também, que essa incorporação, flexível, ocorre independentemente do nível de escolaridade; foram entrevistados desempregados com curso superior envolvidos nestas atividades precarizadas, assim como alunos que financiam seu curso superior colando sacolas ou fazendo “enfiadinhos”; da mesma forma, dentre os trabalhadores informais e contratados nos ateliês entrevistados, a maioria cursava ou havia concluído o nível médio; ou seja, em que pese ser a ascensão social a grande motivação para a ampliação da escolaridade, esta estratégia evidencia o seu desgaste.

O que também chamou a atenção das pesquisadoras, além do caráter histórico da incorporação flexível, foi a aproximação das manifestações subjetivas sobre o trabalho, dos entrevistados que trabalharam no início da constituição da indústria calçadista e os que atualmente nela trabalham.

O estudo historiográfico permitiu compreender, também, que aqueles que se mantiveram excluídos do emprego formal não desenvolveram consciência de classe, contrariamente aos que se filiaram aos sindicatos e foram responsáveis por vigorosos movimentos de enfrentamento nos anos 80, com significativas consequências para a classe patronal, como o movimento de desterritorialização ocorrido ao final daquela década com a transferência de firmas para o nordeste, antecipando a reestruturação produtiva que ocorreu em meados dos anos 90. São estes movimentos que, no contexto da acumulação flexível, mantém subjetividades conformes aos arranjos flexíveis de competências diferenciadas, como já se evidenciou em outro texto:

Finalmente, a guisa de elucidação, a forma como os (as) entrevistados (as) reagem ao desrespeito aos seus direitos: trabalho a frio, carteira assinada a frio, contratos por três meses que são automaticamente rescindidos para não configurar vínculo, crianças, jovens, idosos e doentes trabalhando, intensificação da jornada, falta de condições de trabalho, volume de trabalho variável, falta de atenção à saúde, falta de creches e escolas, são fatos incorporados ao dia a dia como “naturais”. E ainda são celebradas as possibilidades de realizar este tipo de trabalho (KUENZER, 2006, p. 886).

Em síntese, do ponto de vista da ontologia do ser social, pode-se afirmar que a hegemonia do setor coureiro-calçadista na região tem sido responsável, ao longo da história, pela formação de subjetividades orgânicas ao regime de acumulação flexível, principalmente entre os que têm, ao longo dos tempos, sido incluídos precariamente em ocupações desqualificadas e informais. Compreende-se, desta forma, que as manifestações de conformidade, de não reconhecimento da condição de exploração, encontradas nos trabalhadores subcontratados e nos trabalhadores domiciliares recentemente entrevistados não são fruto do regime de acumulação flexível, mas sempre estiveram presentes na região, dadas as especificidades do setor calçadista que o caracterizam como flexível desde a sua constituição. Excetuam-se desta análise os empregados assalariados sindicalizados, que desenvolveram subjetividades orgânicas à classe trabalhadora no confronto das relações entre capital e trabalho, e que continuam protagonizando os movimentos de enfrentamento na luta por seus direitos no momento em que a internacionalização, representada pela invasão dos produtos importados no mercado interno, impacta violentamente a economia e as relações sociais na região do Vale do Rio dos Sinos.

Referências:

CARNEIRO, L. G. *Trabalhando o couro: do serigote ao calçado “made in Brazil”*. Porto Alegre: L&PM/CIERGS, 1986.

KUENZER, A. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, 2007.

_____. A Educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96 – Especial, p. 877-910, 2006.

LAGEMANN, E. Imigração e Industrialização. In: DACANAL, J. H. (Org.) *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 114-133.

OLIVEIRA, A. *Marx e a exclusão*. Pelotas: Seiva, 2004.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968.

TEJO, L. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: *ESTATÍSTICA INDUSTRIAL... Estatística Industrial do Rio Grande do Sul: ano de 1937*. Porto Alegre: Globo, 1939.

Notas:

- ¹ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e professora dos cursos de graduação de História e Moda e Mestrado em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. E-mail: claudias@feevale.br.
- ² Doutora em História Ibero-Americana pela PUC-RS. Professora titular na Graduação e Pós-Graduação e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Cultura e Memória da Comunidade na Universidade Feevale. E-mail: crisennes@feevale.br.
- ³ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professora titular aposentada da Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professora da Universidade Feevale, exercendo suas atividades no Programa de Doutorado em Diversidade e Inclusão Social. E-mail: acaciakuenzer@feevale.br.

Recebido em: 04/2014

Publicado em: 02/2015.